



CONSULTA 0001793-81.2012.2.00.0000

Requerente: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Requerido: Conselho Nacional de Justiça

Trata-se de procedimento autuado com base em despacho proferido pelo Ministro Cezar Peluso no procedimento Acompanhamento de Cumprimento de Decisão n.º 0003868-30.2011.2.00.0000 (**evento 229/despacho 106.**)

Em linhas gerais, o despacho relata as informações prestadas pelo Requerente acerca da estrutura e dos resultados obtidos no recolhimento de armas de fogo nas unidades judiciais e posterior encaminhamento ao Exército. Nela o requerente solicita orientações sobre a permanência dos trabalhos desenvolvidos, o que consubstanciou a necessidade de instauração do presente procedimento.

O Requerente informa que adotou uma série de procedimentos que propiciaram resultados positivos nos encargos de recolher e transportar armas e munições apreendidas em procedimentos criminais e/ou infracionais existentes nas Comarcas da Região Metropolitana e Interior do Estado, com a finalidade de encaminhar à custódia em unidades do exército.

Para cumprimento das tarefas relativas aos recolhimentos e transporte de armas e munições apreendidas, por meio da Portaria 1.982 de 06 de dezembro de 2.008, criou uma comissão composta por três servidores do Tribunal e um oficial da Polícia Militar vinculado à Assessoria Militar.

Alude que, após o recolhimento das armas pela Comissão e recebimento destas pelo Exército, é efetivado o encaminhamento da lista completa das armas recebidas pelo Exército, sendo que esta lista é encaminhada à Delegacia de Armas - DELEARM – localizada na Superintendência da Polícia Federal do Pará – responsável pelo controle do SINARM no Estado.

Diz que, entre o ano de 2.008 a 2.011, foram recolhidas 13.292 (treze mil, duzentos e noventa e duas) armas.

Destaca que a comissão instalada possibilita maior agilidade e eficiência no recolhimento das armas, tanto que, face à quantidade expressiva de armas recolhidas, é possível constatar que os depósitos ficaram esvaziados.

Afirma que a Comissão tem membros qualificados com larga experiência, fato que gera maior segurança e diminui o risco de acidentes no manuseio das armas.

Finalmente pontua que os procedimentos que adota no Estado estão em perfeita consonância com as orientações formulada pelo Conselho Nacional de Justiça.

Diante das informações prestadas, instaurou-se o procedimento de consulta com finalidade de analisar se encaminhamentos adotados pelo Tribunal de Justiça do Pará se adéquam à aqueles previstos na Circular 134 do Conselho Nacional de Justiça e aos procedimentos estabelecidos no Termo de Cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, com interveniência do Comando do Exército e do Departamento de Polícia Federal.

É o relatório,

Voto

Em síntese, o que se busca é analisar se a Requerente, ao adotar os procedimentos anunciados junto ao Conselho Nacional de Justiça, atende aos pressupostos contidos na Resolução CNJ 134, que dispõe “sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação”, e se atende ao planejamento das ações que foram desenvolvidas para cumprimento do Termo de Cooperação, nº 053/2011, firmado entre o Conselho Nacional de Justiça, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, com interveniência do Comando do Exército e do Departamento de Polícia Federal.

A Resolução CNJ nº 134, de 21 de junho de 2011, em consonância com a campanha de desarmamento, estabeleceu procedimentos com o objetivo de reduzir o número de armas em depósitos judiciais, via de consequência, garantir maior segurança aos locais de depósitos e as pessoas que ali se encontram.

O Acordo de Cooperação Técnica sob nº 053/2011, foi firmado como consequência da Resolução CNJ 134/11, com o escopo de estabelecer procedimentos que pudessem garantir **a “destruição ou doação de armas de fogo e munições apreendidas que estejam sob a guarda do Poder Judiciário..”** (cláusula primeira).

Considero extremamente louvável, a Requerente, antes da Resolução CNJ 134/11, ter estabelecido procedimento para garantir o controle, transporte e destruição de armas e munições que foram apreendidas em procedimentos judiciais na esfera de sua competência, tanto é verdade que, segundo relatado, entre os anos de 2008 a 2011, foram recolhidas 13.292 (treze mil, duzentos e noventa e duas) armas para encaminhamento ao Exército.

A comissão de acompanhamento criada pela Requerente configura um modo viável de controle e de recolhimento de armas e munições, via de consequência, serve para a consecução das diretrizes e objetivos previstos pela Resolução CNJ 134/11 e Termo de

Cooperação Técnica que foi firmado entre o CNJ, Ministério da Justiça e Ministério da Defesa.

Neste aspecto, os procedimentos adotados pela Requerente não são excludentes daqueles previstos na Resolução 134/11 e no Termo de Cooperação já citado, pelo contrário, estes podem servir de fonte de aprimoramento dos procedimentos relativos ao controle, transporte e destruição de armas de fogo na esfera de sua competência.

No entanto, há que se perseguir a participação da Polícia Federal no procedimento desenvolvido pela Requerente.

Destaco que, no termo de Cooperação Técnica, ficou acordado que o Ministério da Justiça, por meio da Polícia Federal, tem como obrigação ***“prestar apoio logístico necessário ao recolhimento e transporte de armas de fogo e munições apreendidas e sob a guarda do Poder Judiciário até as organizações Militares indicadas pelo Comando do Exército”*** e ***“ainda realizar, antes do transporte, consulta, para fins de atualização sobre o registro, no Sistema Nacional de Armas – SINARM, de ocorrências relacionadas às armas de fogo recolhidas no Poder Judiciário”*** e, finalmente, ***“indicar os interlocutores das unidades da Policial Federal responsável pelo apoio logístico ao recolhimento e transporte de armas de fogo e munições apreendidas e sob a guarda do Poder Judiciário”*** (cláusula II e alíneas).

Assim, o procedimento adotado pela requerente, deve incorporar a participação mais efetiva da Policia Federal, em observância com ao Termo de Cooperação Técnica que antes citei.

Vejo que no procedimento ora instalado não há qualquer posicionamento oficial da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará, dentro dos limites possíveis, a participação deste órgão se faz necessário, eis que, independentemente do Termo de Cooperação Técnica, face aos dispositivos da Lei 10.826/03, a Polícia Federal é responsável pelo Sistema Nacional de Armas, que tem a responsabilidade pelo controle de armas de fogo em todo país.

Portanto, na medida em que o Requerente não tem como compelir a participação da Polícia Federal no procedimento que instaurou, considero que o encaminhamento adotado, no que se refere ao recolhimento de armas de fogo nas unidades judiciais e posterior encaminhamento ao Exército, está em consonância com as disposições da Circular 134 do Conselho Nacional de Justiça e aos procedimentos estabelecidos no Termo de Cooperação firmado entre o Conselho Nacional de Justiça , Ministério da Justiça e Ministério da Defesa, razão porque considero que não há óbice para continuidade de sua adoção nos moldes aqui formulado, sem prejuízo, solicita-se ao Diretor Geral da Polícia Federal, subscritor do Termo de Cooperação Técnica , a atuação daquele órgão no recolhimento das armas.

Oficie-se ao Diretor Geral da Polícia Federal para que diligencie no cumprimento do Termo de Cooperação Técnica 53/11.

Silvio Rocha

Conselheiro



Assinado eletronicamente por: **Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3**

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

29/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

30/03/2014 00:00:00

Processo Judicial Eletronico PJe 1.4.3

28/03/2014 00:00:00

<https://www.cnj.jus.br:443/pjecnj/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **1326078**

12071317513200000000001325370

